



Manifestação em relação a Impugnação no Processo 0008305/2022 - anexo ao Processo 0014022/2021

Maricá, 23 de junho de 2022

Senhor Secretário,

Trata-se de impugnação do Edital do Pregão Presencial nº 11/2022, impetrado pela empresa **ANNATRANS LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA.**, com base no Art. 12º, do Decreto Municipal nº 270/02 e da Lei 10.520/02 e suas alterações.

I- DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **ANNATRANS LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA.**, CNPJ 05.934.190/001-38, inconformada com os termos do Edital do Pregão Presencial 11/2022, apresentou impugnação ao instrumento convocatório, protocolada junto a Comissão de Licitação, no dia 22/06/2022, às 16:37:18 horas, sob o nº de processo 0008305/2022.

Portanto, como a realização da sessão está marcada para o dia **27/06/2022**, e a impugnação foi protocolada no dia **22/06/2022**, o pedido da empresa supracitada é **tempestivo**.

II- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em suma, a Impugnante questiona a legalidade do Edital epigrafado, no tocante à suposta junção de objetos de natureza distinta, com alegação de que há vários tipos de prestação de serviços distintos em um único certame, com consequente cerceamento do direito de participação das empresas, vilipendiando os princípios da competitividade, legalidade, isonomia, transparência e da proposta mais vantajosa.

III- DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO



A adoção da forma em item único neste certame, de Menor Preço Global, se justifica, haja vista a necessidade de uniformização e frente a possibilidade de prejuízo para o conjunto, ou complexo ou perda de economia de escala, já que a divisão em lotes deve presar por ser econômica e tecnicamente viável, ou seja, a divisão do objeto em vários itens/lotos não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo. Isso porque, em determinadas situações, a divisão do objeto pode desnaturá-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosa para a Administração.

A divisão do objeto não pode, portanto, causar prejuízo para o conjunto licitado, observando-se que cada item/lote cinge-se a certame autônomo, com julgamento independente.

O objeto da contratação será composto por 01 (um) lote. Para fins de classificação, será considerado o **Menor Preço Global**. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente.

Nessa linha é a lição de **MARÇAL JUSTEN FILHO**:

*“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o **dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação** porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a **adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato**. A maior vantagem possível*



configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.” (grifo nosso)

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

*“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexecutáveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira **finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas**, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é **promover uma licitação satisfatória**, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a **conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado**. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”*



O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio, devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados.

Por isso a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

Neste sentido, esclarecemos que nossa análise prévia apontou para o **NÃO PARCELAMENTO** do objeto. Uma vez que quando reparamos o conjunto de serviços especificados, do ponto de vista da eficiência técnica, uma única contratada tende a manter a qualidade do serviço padronizada, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador.

Nesse ponto, as vantagens seriam, por exemplo:

- A- Maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços;
- B- Maior facilidade no cumprimento dos diversos serviços e cronograma preestabelecido;
- C- Concentração da responsabilidade pela execução de um só contratado;
- D- Concentração da garantia dos resultados.

Desta forma, não se demonstra no caso em tela, pelas medidas adotadas pela administração, que tecnicamente e economicamente seja viável ou vantajoso o parcelamento.

A necessidade de se efetuar apenas um procedimento administrativo para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva com eventuais adequações, englobando toda a expertise civil, elétrica e mecânica, se dá ao fato de todos os serviços



pertencentes a estas áreas, **estarem interligados**, onde na cadeia de execução, um depende do outro para se obter um melhor resultado e maior agilidade na logística de determinação na realização dos serviços.

Para realizar um procedimento de instalação e ou manutenção de aparelhos de ar-condicionado e exaustão, por exemplo, necessita ser efetuado uma possível demolição para passagem dos dutos, arrancamento de cobertura, forros e divisórias, por exemplo, seguida de posterior recolocação. Da mesma forma a necessidade de lançamento de cabos e quadros elétricos para finalização do serviço. Da maneira em que nesse íterim, necessita do acompanhamento e fiscalização dos profissionais das áreas de civil, elétrica e mecânica, uma verdadeira equipe multidisciplinar.

Ademais, o procedimento administrativo em tela, visa a execução da manutenção completa das unidades prediais pertencentes ou sob responsabilidade jurídica do Município de Maricá, ou seja, está sendo previsto a execução de todos os serviços necessários preventivos e eventuais correções e adequações, incluindo as instalações e manutenções de toda a refrigeração em apenas um processo administrativo, sob lote único, tendo em vista que são serviços realizados em cadeia produtiva, que visa o conjunto de etapas consecutivas, onde ao longo das quais os diversos insumos e serviços sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço).

Dessarte, visando a melhor definição das demandas a serem implementadas, no qual foi determinado que seria mais viável tecnicamente apenas uma empresa executar todos os serviços demandados pelos prédios públicos municipais, para melhor logística operacional, uma vez que os serviços serão executados nas mesmas unidades municipais.


Cabe ainda observar que a licitação foi precedida de um processo administrativo e fase interna de elaboração que tinha como base a execução de contrato de igual teor que demonstrou na prática que o controle maior, concertação de responsabilidade deram eficiência para a realização de manutenção preventiva e corretivas, garantido segurança e melhor atendimento ao interesse público.



Por fim, outro fato que justifica a adoção de um único procedimento administrativo em apenas um lote, dá-se a real necessidade dos serviços previstos na contratação em tela, serem realizados concomitantemente, portanto, se fossem realizados dois procedimentos distintos ou até mesmo outro lote, possui alta probabilidade de serem finalizados em momentos diferentes, não conseguindo a concomitância entre as execuções prejudicando na execução o interesse público sem garantir valores muito diferentes, uma vez que a tabela de referência é a EMOP, SINAP e SCO.


IV- CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomendo envio a presente Impugnação a I. PGM para análise jurídica com objetivo de garantir maior lisura na decisão final. Recomendamos o envio com as ponderações colocadas para que a I. Procuradoria possa ter os subsídios dessa Secretaria na análise.


Gabriel Siggelkow Guimarães
Subsecretário
Matrícula 109.398

Recebo as ponderações em formato de despacho e determino remessa a I. PGM para analisar a Impugnação e as questões supracitadas.

Maricá, 24 de junho de 2022.


João Maurício de Freitas
Secretário Municipal de Governo
Mat. 110.913